

Proposta de Richa ^{ave} tem nove emendas ^{P. 4}

Na placidez de um retiro salesiano, protegido por São João Bosco, o grupo interpartidário liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) prepara-se para apresentar, até amanhã, ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o equivalente a um substitutivo completo ao projeto divulgado em julho pela Comissão de Sistematização da Constituinte.

A proposta reunirá nove emendas, correspondentes aos nove títulos da parte permanente do projeto do relator Bernardo Cabral, informou o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Será uma forma de contornar o regimento da Constituinte, que proíbe a apresentação de substitutivo ao texto da Sistematização. O prazo para recebimento de emendas termina amanhã.

Há um mês, o grupo de Richa, também chamado "Grupo dos 32", reúne-se no Instituto Israel Pinheiro, retiro da Congregação Salesiana Brasileira inaugurado em abril, a 25 quilômetros do centro de Brasília. Trata-se de um conjunto de 5 mil metros de área construída às margens do poluído Lago Paranoá, área nobre da cidade, com salas, auditórios e alojamentos para até 100 pessoas.

Desde segunda-feira, o grupo passou a fazer reuniões diárias no retiro. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) disse que o texto a ser proposto pelos parlamentares que trabalharam sob a coordenação de Richa deverá ter "menos de 200 artigos".

Pontos polêmicos — O "Grupo dos 32" prevê que apenas quatro ou cinco temas da futura Constituição não serão objeto de acordo entre os partidos e acabarão sendo decididos pelo voto dos 559 constituintes, em plenário. São eles o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), a duração do mandato do presidente José Sarney, a sistema eleitoral e a anistia para militares, "um ponto absolutamente polêmico", segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Até ontem, temas sobre os quais se pensava que já havia consenso, nos partidos que formam os grupos de negociação, ainda estavam indefinidos. A forma de imissão na posse da terra desapropriada era o ponto que impedia acordo na questão polêmica da reforma agrária. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) defendia, por exemplo, a imissão automática e imediata.

Já a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) queria trocar a palavra "automática" por outra mais amena. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) disse que o acordo poderá surgir na diferença entre a declaração de utilidade pública de uma área rural e a desapropriação efetiva de uma determinada propriedade. Entre um ato e outro haveria tempo para o Judiciário se pronunciar sobre a tentativa de desapropriação.

Títulos — Uma vez desapropriada, a forma de pagamento da terra é outra questão polêmica. Até ontem, segundo Israel Pinheiro Filho, as negociações caminhavam para o seguinte arranjo: a desapropriação seria paga em títulos da dívida agrária, mas se houvesse erro no decreto de desapropriação a indenização passaria a ser feita em dinheiro, num prazo ainda incerto. Em qualquer caso, a terra desapropriada não voltaria a seus antigos donos.

A definição de empresa nacional caminhava para um acordo, ontem, em torno da diferenciação entre empresa genuinamente de capital nacional e empresa nacional de capital estrangeiro. Esta não teria direito a créditos e incentivos, ao contrário da empresa nacional.



Carlos Sant'Anna fala a Gastone Righi (de frente) durante a reunião

Cardoso Alves cobra boi de 86

Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Roberto Freire (PCB-PE) discutiam acaloradamente sobre a reforma agrária, na entrada do plenário. — Então, agora é crime ter propriedade? — perguntou Cardoso. — Mas você não achava isso no ano passado, quando lhe dei um boi para sua campanha.

— Se você quer, eu o devolvo — respondeu Freire, irritado.

— Não, eu quero que você fique com ele. Assim, eu posso continuar lhe chateando com isso toda hora.

Rico fazendeiro, Roberto Cardoso Alves tinha prometido um boi para a campanha eleitoral de Roberto Freire em Pernambuco, em 1986. Como era muito difícil mandar um boi de São Paulo para Recife, Freire aceitou a contribuição em dinheiro. Não se sabe o preço desse boi.

Comissão acusa Sarney de negociar mandato

BRASÍLIA — Nunca, numa reunião da Comissão de Sistematização, o presidente da República foi tão atacado e jamais se utilizou tanto a palavra "vergonha" para criticar o governo quanto ontem. Reunida para examinar uma emenda apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) para que se decidisse logo a duração do mandato presidencial, só o líder do governo Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) defendeu o presidente Sarney.

"É vergonhoso que o presidente da República alicie deputados, como vem fazendo, para garantir um mandato de cinco anos. E é uma vergonha que a Assembléia Constituinte admita isso", começou o deputado Fernando Lyra, que foi ministro da Justiça do governo Sarney por onze meses. Em seguida, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) pegou o microfone para dizer que o mandato do presidente tem que ser examinado agora, até porque não há nenhuma hipótese, em sua opinião, de ele ficar mais de quatro anos no poder.

O autor da emenda, Arnaldo Faria de Sá, também num inflamado discurso, disse que esse não é um governo de transição, mas de transação, e acusou o presidente da República de estar transacionando com cargos e verbas para ficar mais um ano no poder. Enquanto o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, se esforçava para dar um mínimo de ordem à reunião, Arnaldo Sá voltava ao microfone para repetir: "É uma vergonha."

Carlos Sant'Anna pediu então a palavra, para, num isolado discurso, defender o direito de o presidente da República ficar cinco anos. Foi acusado por Arnaldo Sá de receber vantagens do Poder Executivo. "Não sei como alguns deputados têm estatura moral para defender cinco anos para o presidente e continuar recebendo as vantagens que o governo oferece", afirmou Sá.

Dornelles lança tese da desestatização gradual

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), secretário da Receita Federal no governo Figueiredo e ministro da Fazenda no começo do governo Sarney, defendeu, no plenário da Constituinte, a "desestatização gradual e segura da economia brasileira e a redefinição do papel do Estado como agente do desenvolvimento econômico". Dornelles foi escalado pelo PFL para defender, na sessão extraordinária que debateu a ordem econômica e a intervenção do Estado na economia, as posições do partido.

Num discurso de 10 páginas, metade dedicado à defesa da necessidade de diálogo e de conciliação entre os constituintes, o deputado disse que todos precisam trabalhar para que a futura Constituição seja aceita pelo maior número possível de cidadãos e não reflita apenas os desejos de grupos ou regiões.

— Se fracassar na obtenção desse consenso, a Constituição já nascerá contestada, carente de legitimidade e, portanto, sem conseguir comandar a aceitabilidade de largas camadas da sociedade. Essa situação enfraquece a democracia, que depende como nenhum outro regime da aceitação livre e espontânea dos governados, disse Dornelles.

Depois de reforçar seus apelos pelo consenso com a lembrança de uma frase de Tancredo — "a minha candidatura uniu do índio ao Cardeal" — o deputado passou a relatar as principais reivindicações do PFL no capítulo da Ordem Econômica para a futura Constituição. O PFL tem 13 reivindicações e as três primeiras defendem maiores oportunidades de emprego, melhores salários, mais justiça social e a consolidação da economia de mercado.

Do quarto ao sétimo ponto, o discurso de Dornelles se refere especificamente à participação do Estado nas questões econômicas. Ele pediu que seja dada preferência à iniciativa das pessoas, de forma individual ou associada, e que ao Estado cumpra o papel de orientar, estimular e fiscalizar o setor privado. O PFL também quer que a Constituinte determine a desconcentração do poder e a descentralização do processo decisório, com a limitação da interferência do governo na vida do cidadão, das empresas e das entidades civis.